



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
XI ENCONTRO DE EXTENSÃO**

AUDITORIA EM ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

**PROFESSORA: RUTH CARVALHO DE SANTANA PINHO
ESTUDANTE: LUIS CARLOS DE VASCONCELOS ARAÚJO**

INTRODUÇÃO

O mundo vive momentos de constantes mutações sociais e econômicas, criando ambientes cada vez mais competitivos. Tanto as instituições com fins lucrativos, como as instituições sem fins lucrativos, a cada dia, estão sujeitas a se adaptarem a novos métodos e processos de trabalho, provocando situações que resultam na necessidade de reavaliação de paradigmas. Referidas mudanças resultam de criações espontâneas e da necessidade emergente de obtenção de conhecimentos, e técnicas, fatores estes, imprescindíveis à consecução do objetivo da qualidade no processo e satisfação do cliente.

Nesta perspectiva, a auditoria atua como partícipe das mudanças processadas nas empresas avaliando controles e sugerindo ações e ajustes necessários no sistema e procedimentos na instituição.

Busca-se, portanto, no presente trabalho, estudar a necessidade e importância da Auditoria para as entidades, diante da dinâmica do mercado em sistema de livre concorrência, sobretudo dentro do mundo globalizado, no que seja: aumento do nível de exigência dos clientes, recursos limitados, maior necessidade de transparência no cumprimento da responsabilidade social.

Será demonstrado, também, os reais benefícios que parcerias entre determinados segmentos da sociedade e a academia, podem trazer à coletividade.

Adicionalmente, serão apresentadas informações sobre a técnica de Auditoria, para contextualizar o leitor. Na seqüência, de forma sucinta, abordar-se-á, as organizações do terceiro setor e finalizando, será apresentada a auditoria realizada no Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS (GAPA-CE) pelo Projeto de Extensão em Auditoria (PROAUDI).

I. AUDITORIA

O surgimento da Auditoria está ligado diretamente à Contabilidade. Essa surgiu para controlar o patrimônio das empresas mediante os registros, preparação das demonstrações e interpretação dos fatos ocorridos, com a finalidade de fornecer informações sobre a gestão patrimonial. Enquanto a Auditoria, opina sobre a adequação deste processo.

Na antiguidade, mais exatamente, na civilização Suméria, já existiam relatos da atividade auditorial (MOTTA, 1988:13). Em 1285, na Inglaterra, no reinado de Eduardo I, evidenciou-se esta prática, como também o uso, pela primeira vez, do termo auditor para designar aquele que realizava o exame de contas públicas e servia como testemunha para levar à punição, os possíveis infratores (SÁ, 1980:15).

No século XVIII, na Inglaterra, com a Revolução Industrial, houve grande desenvolvimento da auditoria mediante o surgimento das grandes empresas, da necessidade por parte dos investidores de acompanhamento do capital investido e, da taxaço do imposto de renda com base no lucro. O trabalho de auditoria tornou-se praticamente obrigatório e difundido no mundo todo. (FRANCO & MARRA, 1982:30)

A auditoria chegou ao Brasil quando empresas multinacionais aqui se instalaram. Várias empresas decidiram investir capitais no país, expandido os negócios. Conseqüentemente, as firmas de auditoria foram abrindo escritórios no Brasil, divulgando técnicas e a cultura da Auditoria.

O poder público foi de fundamental participação na difusão da Auditoria no Brasil através das diversas leis que obrigaram a existência da Auditoria e da figura do Auditor Independente. Tendo-se como exemplo a lei a de nº 4.728 de 14 de julho de 1965, do mercado de capitais, cujo texto legal histórico, é pioneiro ao tratar e tornar obrigatória esta prática (FRANCO, 1982:36).

Surgiram várias disposições legais estabelecendo auditoria, para segmentos da economia e instituição a estes ligados, além de leis, decretos, resoluções do Banco Central, as quais tratavam da obrigatoriedade da auditoria em sociedades de economia mista, sociedades anônimas e etc.

Entende-se que o desenvolvimento da técnica aconteceu, principalmente no Brasil, através do acompanhamento e influência do poder público e dos organismos de classe.

Iniciou-se o processo de ruptura entre Auditoria e Contabilidade, com surgimento das auditorias operacional e de gestão e o conseqüente desencadeamento de outros tipos de auditoria, passando a requerer conhecimentos multidisciplinares e, profissionais de diversas formações acadêmicas. Os auditores começaram a atender necessidades de melhoria dos controles da entidade como um todo. A preocupação com a competitividade, a qualidade e até com o meio ambiente ampliaram o foco de atenção, antes restrito à contabilidade, para as estratégias de ação.

II. O TERCEIRO SETOR

Diante da complexidade do mundo atual, a ação dos agentes públicos e privados, desencadearam um processo para buscar atender, de modo satisfatório, as demandas da sociedade moderna. Observa-se a coexistência de três setores básicos, até antes não ligados diretamente. O primeiro deles é o setor público, no qual atua o governo, realizando o desenvolvimento social; o segundo setor, é representado pelo setor privado, oferecendo produtos e serviços à coletividade, através do desenvolvimento de atividades rentáveis para os investidores; e o terceiro setor, correspondente ao o conjunto de entidades criadas pela iniciativa privada para suprir eventuais deficiências de atendimentos em áreas que originalmente caberiam aos demais setores. Atividade essa, que já existe há pelo menos 5.000 anos, quando os faraós do Egito Antigo incentivavam uma espécie de código de moral baseado na justiça social. No Brasil, iniciou-se nas décadas de 70 e 80, impulsionado por organizações que defendiam o direito social na época da Ditadura.(REVISTA EXAME, EDIÇÃO Nº 50, ANO 5 :22, AGOSTO 2002)

Comparando-se as organizações do terceiro setor com outros tipos, as características, segundo KISIL(1997:143), são as seguintes:

- a) Sem fins-lucrativos, sendo organizações voluntárias;
- b) São compostos, total ou parcialmente, por pessoas organizadas voluntariamente;
- c) O corpo técnico normalmente é constituído por cidadãos ligados à organização por razões ideológicas e filosóficas; e
- d) Normalmente servem de intermédio entre o cidadão comum e entidades que podem participar da solução de problemas identificados.

As organizações participantes do terceiro setor, têm como características principais a não distribuição de lucros, como fazem as entidades pertencentes ao setor privado(empresas), e não estão sujeitas ao controle estatal, como as organizações do setor público. Fazem parte as organizações não governamentais, conhecidas como ONG's; Organizações da Sociedade Civil (OSCS), Associações, Fundações, entre outras pertencentes à Sociedade. Trabalham com recursos

de mantenedores que não esperam receber benefícios pessoais em conformidade com os valores aplicados na entidade. Quanto à liquidação da organização, os recursos empregados serão transferidos para outra entidade da mesma natureza.

As entidades pertencentes a qualquer setor, possuindo fins lucrativos ou não, todas necessitam obter informações que sirvam de auxílio à gestão. O instrumento de que se servem essas entidades para tomar decisões voltadas para a administração dos recursos, procurando atingir os objetivos, são as demonstrações contábeis geradas pela contabilidade.

Seria esta, a principal semelhança entre as entidades pertencentes ao setor privado e as do terceiro setor, qual seja, a necessidade de informações contábeis e auditoria para auxiliar na tomada de decisões. Tal afirmativa baseia-se no fato de que as entidades vinculadas e financiadoras, para liberação de recursos, começaram a adotar critérios mais exigentes, tais como a contrapartida financeira da própria entidade, obrigatoriedade de registros contábeis mais rígidos, redução do período de financiamento, apresentação de retorno quantificável na aplicação de recursos e, adoção de avaliação periódica por equipes técnicas independentes e de auditorias.

Informa ainda SALAMON(1997:106), que um dos maiores desafios das entidades pertencentes ao terceiro setor diz respeito à sustentabilidade, principalmente financeira, posto que, muitas dessas organizações foram criadas com esforços pessoais e, à medida que foram crescendo em escala e complexidade, depararam-se com vários problemas. Acrescente-se a isto, o fato de que um número maior de organizações têm que competir por obter recursos cada vez mais escassos.

A finalidade principal de uma entidade do terceiro setor não é a geração de fundos, mas essa ação administrativa deve ser considerada, pois desta depende a auto - sustentação da mesma. Os gestores não podem se preocupar exclusivamente com a falta de recursos, pois poderiam por em risco o prosseguimento dos objetivos sociais.

A falta de recursos, não pode ser considerada a principal causa do desaparecimento das entidades pertencentes ao terceiro setor, pois outras causas, geralmente administrativas, combinadas com a escassez de recursos têm levado ao fim de muitas delas.

As organizações do terceiro setor, têm a necessidade de serem transparentes no que diz respeito aos projetos, na aplicação dos recursos e resultados obtidos, principalmente por desempenharem função de caráter público.

Dessa forma, entende-se como de grande utilidade para a administração destas entidades, bem como, para a sociedade que destas participam ou dependem, transparência. Esta pode ser obtida mediante a elaboração de demonstrativos contábeis e auditoria, auxiliando, desta forma, na gestão e entendimento do universo no qual estão inseridas.

III. AUDITORIA NO GAPA – CE

A realização da auditoria no Projeto “Se Cuida Galera” , do Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS (GAPA-CE), foi viabilizada mediante termo de compromisso entre o Projeto de Extensão em Auditoria (PROAUDI) da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade e a Deutsche Welthungerhilfe (entidade mantenedora).

Referida Auditoria objetiva assegurar a transparência e, adequada prestação de contas dos recursos.

Segundo a ética profissional da Auditoria que prevê o sigilo, o resultado do trabalho no GAPA-CE será apresentado de forma geral, no objetivo de demonstrar apenas a amplitude e aspectos observados no mesmo.

Neste trabalho foram feitas análises de fluxo operacional, e documental, conferências, entrevistas, avaliação contábil e a operacionalização das atividades. Para isso foram usadas técnicas e procedimentos reconhecidas internacionalmente, apresentados como exames corroborativos do sistema de controle interno das organizações e, têm como objetivo o conhecimento e aquisição de confiança nos registros das transações e fluxos, identificando, falhas, visando ao aperfeiçoamento dos controles. A confiabilidade se dá quando da utilização correta e integrada das técnicas e procedimentos da Auditoria.

A estrutura é concebida, para os relatórios foi a seguinte:

Manchetes

É a explicação do problema. Expõe de forma concisa a problemática dos fatos.

Desenvolvimento

O desenvolvimento deve trazer implícitos, três aspectos:

- a) O fato tem que descrever a problemática
- b) A causa geradora dos problemas
- c) A consequência mostra a efetiva ou potencial –perda causada pelos problemas levantados.

Recomendação

Considerando que a Auditoria não tem caráter punitivo e nem decisório, cabendo o gestor acatar ou não os conselhos, foram feitas recomendações, indicando sempre os prejuízos que podem ser causados pelo não cumprimento dos mesmos.

O conjunto de recomendações colocadas permitirá melhor compreensão dos Demonstrativos Contábeis, propiciando aos usuários e à sociedade, interpretação clara do uso dos recursos, notadamente a instituição financiadora do projeto.

CONCLUSÃO

A auditoria é ferramenta gerencial usada para avaliar, confirmar ou verificar as atividades opinando sobre a adequação das mesmas. Cria-se segurança e confiança necessária nas informações geradas pela Instituição para os diversos interessados.

No caso do GAPA – CE, na condição de entidade do terceiro setor, não necessita de lucros, mas de transparência que lhe garantam estabilidade financeira e credibilidade para continuar a receber recursos necessários para dar andamento aos projetos e objetivos e, principalmente, cumprir o papel que lhe é reservado perante a sociedade.

O trabalho realizado pelo PROAUDI aqui exposto demonstra, através da Extensão Universitária, a Universidade Federal do Ceará – UFC tem efetivamente buscado cada vez mais a aproximação com a sociedade, estabelecendo desta forma uma integração extremamente rica e proveitosa para todos os envolvidos em projetos dessa natureza.

BIBLIOGRAFIA:

ATTIE, Wiliam. Auditoria. S. Paulo: Atlas, 1998

Brasil, Lei nº6.404,de 15 de Dezembro de 1976.Dispõe sobre as Sociedades Anônimas.
São Paulo: Atlas, 1997.

FORTES, José Carlos. Obrigatoriedade da escrituração contábil. Fortaleza: CRC / CE –
Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará, 1998.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia
científica. 3ª. Edição. S. Paulo. Atlas, 1991.

MOTTA, João Maurício. Auditoria. Princípios técnicas. S. Paulo: Atlas, 1988.

FRANCO, Hilário & MARRA, Ernesto. Auditoria contábil. São Paulo: Atlas, 1982.

SANTI, Paulo Adolpho. Introdução à auditoria. S. Paulo: Atlas, 1988.

SÁ, A.Lopes de. Curso de auditoria. S.Paulo: Atlas, 1980.

VOCÊ S.A, Revista EDIÇÃO 50, ANO 5 AGOSTO DE 2002. Editora Abril.